

MINAS GERAIS

8.1 Armazéns Gerais do Produtor Ltda. ME/Fazenda Pilitra - Formiga/ MG - PA/Nº 13010000212/15 - PA/SEI/Nº 2100.01.0018425/2023-44 - Tipo de Intervenção: Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas - Área Requerida: 3,5200 ha e supressão de 192 unidades - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Cerrado. Estágio de Regeneração: Pastagem. Apresentação: URFBio Centro Oeste.

8.2 Valmir Magela Gabriel/Fazenda Guariba - Biquinhas/MG - PA/ Nº 02010000620/16 - PA/SEI/Nº 2100.01.0021449/2023-70 - Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetação nativa com destoca - Área Requerida: 23,0000 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Cerrado. Estágio de Regeneração: Avançado. Apresentação: URFBio Centro Oeste.

9. Processos Administrativos para exame de Recurso ao Indeferimento de processo de Intervenção Ambiental:

9.1 Lúcia Maria de Lima Oliveira/Fazenda Capivari dos Coutos - Bom Despacho/MG - PA/Nº 13010001290/16 - PA/SEI/Nº 2100.01.0019722/2023-42 - Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetação nativa com destoca - Área Requerida: 4,4291 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Cerrado. Estágio de Regeneração: Avançado. Apresentação: URFBio Centro Oeste.

9.2 Cássio Geraldo Silva/Fazenda Bela Vista - Dolores do Indaia e Estrela do Indaia/MG - PA/SEI/Nº 2100.01.0022018/2022-36 - Tipos de Intervenções: Alteração da localização de Reserva Legal (RL) dentro do próprio imóvel rural que contém a Reserva Legal (RL) de origem - Área Requerida: 55,8000 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha; Supressão de cobertura vegetação nativa, para uso alternativo do solo - Área Requerida: 54,7000 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha; Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em Áreas de Preservação Permanente (APP) - Área Requerida: 0,1000 ha - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha; Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas - Área Requerida: 196,7049 ha e supressão de 603 unidades - Área Passível de Aprovação: 0,0000 ha. Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual. Estágio de Regeneração: Inicial, médio e avançado. Apresentação: URFBio Centro Oeste.

10. Processo Administrativo para exame de Recurso ao Arquivamento de processo de regularização ambiental:

10.1 Mineração Calcilândia Ltda. - Lavra a céu aberto - minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento; Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco - Pains/ MG - Licença de Operação Corretiva - PA/Nº 00650/2001/008/2019 - Processo Híbrido SEI/Nº 1370.01.0016528/2021-20 - ANM Nº 831.065/1984 - Classe 4. Apresentação: Supram ASF.

11. Assuntos gerais.

12. Encerramento.

(a) Leonardo Monteiro Rodrigues
Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável e Presidente da Unidade
Regional Colegiada Alto São Francisco

17 1817312 - 1

O Diretor Regional de Fiscalização da Superintendência Regional de Meio Ambiente do Sul de Minas no uso de suas atribuições, considerando a designação publicada no dia 12 de julho de 2023 na Imprensa Oficial e demais normas específicas torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram:

- LAS/RAS - Licença Ambiental Simplificada: 1) CGH Capote Geração de Energia S/A, Central Geradora Hidrelétrica - CGH, Nepomuceno/ MG, PA nº 1552/2023, Classe 2. 2) Emerson Inacio de Lima, Fabricação de produtos de laticínios, exceto envase de leite fluido, Baependi/MG, PA nº 1553/2023, Classe 2. 3) Gisele Esteves Ribeiro Eireli, Extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia frita da calha dos cursos d'água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal, Alfenas/MG, PA nº 1554/2023, Classe 2.

(a) Elias Venâncio Chagas. Diretor Regional de Fiscalização da Superintendência Regional de Meio Ambiente do Sul de Minas.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Sul de Minas torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

1) Rogério Ferreira Sene Teixeira, Centrais e postos de recebimento de embalagens de agrotóxicos e afins, vazias ou contendo resíduos, Cássia/MG, Processo nº 1476/2023. 2) ABC Distribuição de Petróleo Ltda., Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Alfenas/MG, Processo nº 1478/2023. 3) Laticínios Bonfiorre Alimentos Ltda., Fabricação de produtos de laticínios, exceto envase de leite fluido, Conceição das Pedras/MG, Processo nº 1479/2023. 4) Márcio Flávio Penido Oliveira, Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura, São Gonçalo do Sapucaí/MG, Processo nº 1480/2023. 5) Empreendimentos Imobiliários São Francisco Ltda., loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares, Santa Rita do Sapucaí/MG, Processo nº 1485/2023. 6) Richard Franchi, Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura, Andrelândia e Madre de Deus de Minas/MG, Processo nº 1534/2023. 7) Caprimar Ambiental Transportes de Resíduos Ltda., Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Nepomuceno/MG, Processo nº 1526/2023. 8) Município de Candeias, exceto horticultura, Andrelândia e Madre de Deus de Minas/MG, Processo nº 1534/2023. 9) Paulo Amílcar Leite, Fiação e/ou tecelagem, exceto tricô e crochê, Carmo do Rio Claro/MG, Processo nº 1518/2023. 10) Ivan C Ribeiro Eireli, Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Passa Quatro/MG, Processo nº 1533/2023. 11) COPASA - ETA Itai de Minas, Estação de tratamento de água para abastecimento, Itai de Minas/MG, Processo nº 1535/2023. 12) Pro-Campo Insumos Agrícolas Ltda., Formulação de adubos e fertilizantes, Pouso Alegre/ MG, Processo nº 1523/2023. 13) Laticínios São Pedro de Caldas Ltda., Fabricação de produtos de laticínios, exceto envase de leite fluido, Caldas/MG, Processo nº 1492/2023. 14) Gucci Pedras Decorativas Ltda., Aparelhamento, beneficiamento, preparação e transformação de minerais não metálicos, não instalados na área da planta de extração, Três Corações/MG, Processo nº 1491/2023.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente do Sul de Minas torna público que foram DEFERIDOS os requerimentos de transferência de responsabilidade administrativa das licenças ambientais abaixo identificadas:

1) LAS CADASTRO - Licença Ambiental Simplificada: *Neuza Ribeiro do Vale Rodrigues e Cia Ltda., Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Guaxupé/MG, PA nº 27787496/2018, Classe: 2. Válida até: 04/09/2028, do responsável Neuza Ribeiro do Vale Rodrigues e Cia Ltda., CNPJ 18.803.352/0001-40, para o novo titular Posto Floresta Guaxupé Ltda., CNPJ: 18.803.352/0001-40. *Motor Express Praça Getúlio Vargas Ltda., Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Varginha/MG, PA nº 1778/2021, Classe: 2. Válida até: 14/04/2031, do responsável Motor Express Praça Getúlio Vargas Ltda., CNPJ: 41.339.924/0001-02 para o novo titular Posto São Brás Ltda., CNPJ: 41.339.924/0001-02.

2) LAS RAS - Licença Ambiental Simplificada: *Mineração Curimbaba Ltda./Mina Córrego das Amoras I ANM 830.493/2002, Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento, Poços de Caldas/MG, PA nº 2752/2020, Classe: 2. Válida até: 31/07/2030, do responsável: Mineração Curimbaba Ltda./Mina Córrego das Amoras I, CNPJ: 23.640.204/0001-92 para o novo titular Mineração Caldense Ltda./Mina Córrego das Amoras I, CNPJ: 19.095.249/0001-56.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas.

17 1817450 - 1

DIÁRIO DO EXECUTIVO

O Diretor Regional de Fiscalização Ambiental da Supram Zona da Mata, designado para responder pela Supram ZM, conforme ato publicado em 12/07/2023, torna público que foi firmado o Termo de Ajustamento de Conduta do processo abaixo identificado:

• Departamento Municipal de Água, Esgoto e Saneamento – DMAES (ETE – Ponte Nova), Tratamento de Esgotos Sanitários; Interceptores, emissários, elevatórias e reversão de esgoto – Ponte Nova/MG – TAC 69178145. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da data: 14/07/2023. Processo SEI nº 1370.01.0021134/2023-06.

(a) Alessandro Albino Fontes
Diretor Regional de Fiscalização da Supram Zona da Mata, designado para responder pela Supram ZM, conforme ato publicado em 12/07/2023.

17 1817718 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Jequitinhonha torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:

- Licença Ambiental Simplificada – LAS/RAS: 1) Município de José Gonçalves de Minas/Usina de produção de concreto (Fábrica de bloquetes), Usinas de produção de concreto comum, José Gonçalves de Minas/MG, PA: 4438/2022, classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 14/07/2033.

(a) Rita de Cassia Silva Braga e Braga. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Jequitinhonha.

17 1817130 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram do Alto São Francisco, torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos:

1) Amidos Padre Trindade LTDA, Industrialização da mandioca para a produção de farinhas e polvilho, Formiga - MG, Processo nº 1514/2023, com validade até 12/07/2033. 2)Cooperativa dos Produtores Rurais de Santo Antônio do Monte LTDA - Coopersam,Resfriamento e distribuição de leite em instalações industriais e/ou envase de leite fluido, Santo Antônio do Monte - MG, Processo nº 1542/2023, com validade até 17/07/2033. 3)Industria de Cachaça Faria LTDA,Fabricação de aguardente, Córrego Fundo - MG, Processo nº 1544/2023, com validade até 17/07/2033. 4)Mateus Castro Rodrigues Calcinção LTDA,Fabricação de cal virgem, Córrego Fundo - MG, Processo nº 1543/2023, com validade até 17/07/2033.

(a) Kamila Esteves Leal. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto São Francisco.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto São Francisco torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: LAS-RAS: 1) Município de Cláudio/Aterro sanitário, Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de resíduos eletroeletrônicos, sem a separação de componentes, que não implique exposição de resíduos perigosos e Aterro sanitário, inclusive Aterro Sanitário de Pequeno Porte – ASPP, Cláudio/MG, Processo nº 1546/2023, Classe 2.

Sra. Kamila Esteves Leal. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto São Francisco.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto São Francisco torna público que foi alterada a razão social do empreendimento abaixo identificado:

1) De: José Pedro Soares / Fazenda Bom Sucesso - Mat. 3711, CPF 128.***.***. - para Alexandre Vinícius Costa Soares / Mat 8.847., CPF: 013.***.***. PT 21468 / 2016.

Sra Kamila Esteves Leal. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto do Francisco.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram do Alto São Francisco torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:

LAS-RAS: 1) CCI Comercio de Combustiveis Industrial Ltda, Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados,Divinópolis/MG, Processo nº 749/2023, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

Sra Kamila Esteves Leal. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto do Francisco.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram do Alto São Francisco torna público o ARQUIVAMENTO do processo de regularização ambiental abaixo identificado:

LAS-RAS:1) Sucaf Reciclagem Ltda, Reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 2 (não-perigosos) não especificados, Divinópolis/ MG, Processo nº 748/2023, Classe 3. Motivo: não apresentação de informações complementares. Sra Kamila Esteves Leal. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto do Francisco.

17 1817735 - 1

O Diretor Regional de Fiscalização Ambiental da Supram Zona da Mata, designado para responder pela Supram ZM, conforme ato publicado em 12/07/2023, torna público que foi firmado o Termo de Ajustamento de Conduta do processo abaixo identificado:

• CSN Cimentos Brasil S.A - Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento; Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco – Barros/MG – TAC 69738109. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da data: 14/07/2023. Processo SEI nº 1370.01.0027673/2023-90.

(a) Alessandro Albino Fontes. Diretor Regional de Fiscalização da Supram Zona da Mata, designado para responder pela Supram ZM, conforme ato publicado em 12/07/2023.

17 1817710 - 1

Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM

Presidente: Renato Teixeira Brandão

CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA, nos termos do § 20, do artigo 36 da CF de 1989 e § 2º do artigo 144 do ADCT, com redação dada pela EC nº 104 de 2020, combinado com o artigo 147 do ADCT, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 104 de 2020, ao servidor: Masp 1.043.901-6, NEWTON PASCAL TITO DE OLIVEIRA, a partir de 15/06/2023.

17 1817724 - 1

Instituto Estadual de Florestas - IEF

Diretora-Geral: Maria Amélia de Coni e Moura Mattos

PORTARIA Nº 48, DE 17 DE JULHO DE 2023.

Dispõe sobre a composição do Conselho Consultivo do Parque Estadual Serra das Araras, para o biênio 2023-2025.

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS – IEF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Estadual nº 47.892, de 23 de março de 2020, e com respaldo na Lei Federal nº 9.985, de 18 de junho de 2000, no Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, na Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013 e na Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, RESOLVE:

Art. 1º – O Conselho Consultivo do Parque Estadual Serra das Araras é formado por 38 (trinta e oito) conselheiros, sendo 19 (dezenove) titulares e 19 (dezenove) suplentes, em conformidade com o resultado do processo eletivo realizado por meio do Edital de Convocação IEF/ PESA-REDVSA nº 02/2023, ficando assim constituído:

I - Poder Público:

a) Titular: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)/Parque Nacional Grande Sertão Veredas;

Suplente: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)/Parque Nacional Grande Sertão Veredas;

b) Titular: Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha;

Suplente: Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha.

c) Titular: Polícia Militar de Minas Gerais/16ª Companhia de Polícia Militar de Meio Ambiente;

Suplente: Polícia Militar de Minas Gerais/16ª Companhia de Polícia Militar de Meio Ambiente.

d) Titular: Polícia Militar de Minas Gerais/64ª CIA PM/2º PEL PM/2º GP Chapada Gaúcha;

Suplente: Polícia Militar de Minas Gerais/64ª CIA PM/2º PEL PM/2º GP Chapada Gaúcha.

e) Titular: Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA/ MG;

Suplente: Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA/ MG;

f) Titular: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER/MG;

Suplente: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER/MG.

g) Titular: Escola Estadual de Serra das Araras;

Suplente: Escola Estadual de Serra das Araras;

h) Titular: Escola Municipal Getúlio Inácio de Farias;

Suplente: Escola Municipal Getúlio Inácio de Farias.

i) Titular: Escola Municipal Santo Antônio;

Suplente: Escola Municipal Santo Antônio.

II – Sociedade Civil:

a) Titular: Associação Comunitária das Bordadeiras e Artesãos Rurais de Serra das Araras;

Suplente: Associação Comunitária das Bordadeiras e Artesãos Rurais de Serra das Araras.

b) Titular: Associação Comunitária de Águas Claras;

Suplente: Associação Comunitária do Riachinho;

c) Titular: Associação Comunitária de Marimbas;

Suplente: Associação Comunitária Vó Suzana.

d) Titular: Associação Comunitária de Serra das Araras;

Suplente: Associação Comunitária de Serra das Araras.

e) Titular: Associação Comunitária Mãe Ana;

Suplente: Associação Quilombola Vó Amélia/São Félix.

f) Associação Comunitária Morro do Fogo;

Suplente: Associação Comunitária Morro do Fogo.

g) Titular: Cooperativa Regional de Produtores Agrissilviextrativistas Sertão Veredas Ltda.;

Suplente: Cooperativa Regional de Produtores Agrissilviextrativistas Sertão Veredas Ltda..

h) Titular: Delta Sucroenergia S.A/RPPN Aldeia;

Suplente: Delta Sucroenergia S.A/RPPN Aldeia.

i) Titular: DIFLOR Empreendimentos Agrícolas Ltda.;

Suplente: DIFLOR Empreendimentos Agrícolas Ltda.

j) Titular: Instituto Cultural e Ambiental Rosa e Sertão;

Suplente: Instituto Cultural e Ambiental Rosa e Sertão.

§ 1º – A Presidência do Conselho Consultivo do Parque Estadual Serra das Araras será exercida pela Gerente da Unidade de Conservação, que dará posse aos membros do Conselho.

§ 2º – Na ausência da Presidente do Conselho, esta será substituída por um representante do Instituto Estadual de Florestas, o qual assumirá todas as obrigações atinentes à Presidência, em conformidade com o Regimento Interno deste Conselho.

§ 3º – Os membros do Conselho não poderão receber remuneração de qualquer espécie pelo exercício das funções inerentes ao cargo.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, aos 17 de julho de 2023.

Maria Amélia de Coni e Moura Mattos Lins - Diretora Geral do IEF.

PORTARIA Nº 49, DE 17 DE JULHO DE 2023.

Dispõe sobre a composição do Conselho Deliberativo da Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari, para o biênio 2023-2025.

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS – IEF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Estadual nº 47.892, de 23 de março de 2020, e com respaldo na Lei Federal nº 9.985, de 18 de junho de 2000, no Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, na Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013 e na Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, RESOLVE:

Art. 1º – O Conselho Deliberativo da Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari é formado por 38 (trinta e oito) conselheiros, sendo 19 (dezenove) titulares e 19 (dezenove) suplentes, em conformidade com o resultado do processo eletivo realizado por meio do Edital de Convocação IEF/PESA-REDVSA nº 02/2023, ficando assim constituído:

I - Poder Público:

a) Titular: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)/Parque Nacional Grande Sertão Veredas;

Suplente: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)/Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

b) Titular: Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha;

Suplente: Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha.

c) Titular: Polícia Militar de Minas Gerais/16ª Companhia de Polícia Militar de Meio Ambiente;

Suplente: Polícia Militar de Minas Gerais/16ª Companhia de Polícia Militar de Meio Ambiente.

d) Titular: Polícia Militar de Minas Gerais/64ª CIA PM/2º PEL PM/2º GP Chapada Gaúcha;

Suplente: Polícia Militar de Minas Gerais/64ª CIA PM/2º PEL PM/2º GP Chapada Gaúcha.

e) Titular: Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA/ MG;

Suplente: Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA/ MG;

f) Titular: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER/MG;

Suplente: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER/MG.

g) Titular: Escola Estadual de Serra das Araras;

Suplente: Escola Estadual de Serra das Araras;

h) Titular: Escola Municipal Getúlio Inácio de Farias;

Suplente: Escola Municipal Getúlio Inácio de Farias.

i) Titular: Escola Municipal Santo Antônio;

Suplente: Escola Municipal Santo Antônio.

II – Sociedade Civil:

a) Titular: Associação Comunitária das Bordadeiras e Artesãos Rurais de Serra das Araras;

Suplente: Associação Comunitária das Bordadeiras e Artesãos Rurais de Serra das Araras.

b) Titular: Associação Comunitária de Águas Claras;

Suplente: Associação Comunitária do Riachinho.

c) Titular: Associação Comunitária de Marimbas;

Suplente: Associação Comunitária Vó Suzana.

d) Titular: Associação Comunitária de Serra das Araras;

Suplente: Associação Comunitária de Serra das Araras.

e) Titular: Associação Comunitária Mãe Ana;

Suplente: Associação Quilombola Vó Amélia/São Félix.

f) Associação Comunitária Morro do Fogo;

Suplente: Associação Comunitária Morro do Fogo.

g) Titular: Cooperativa Regional de Produtores Agrissilviextrativistas Sertão Veredas Ltda.;

Suplente: Cooperativa Regional de Produtores Agrissilviextrativistas Sertão Veredas Ltda..

h) Titular: Delta Sucroenergia S.A/RPPN Aldeia;

Suplente: Delta Sucroenergia S.A/RPPN Aldeia.

i) Titular: DIFLOR Empreendimentos Agrícolas Ltda.;

Suplente: DIFLOR Empreendimentos Agrícolas Ltda.

j) Titular: Instituto Cultural e Ambiental Rosa e Sertão;

Suplente: Instituto Cultural e Ambiental Rosa e Sertão.

§ 1º – A Presidência do Conselho Deliberativo da Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Veredas do Acari será exercida pela Gerente da Unidade de Conservação, que dará posse aos membros do Conselho.

§ 2º – Na ausência da Presidente do Conselho, esta será substituída por um representante do Instituto Estadual de Florestas, o qual assumirá todas as obrigações atinentes à Presidência, em conformidade com o Regimento Interno deste Conselho.

§ 3º – Os membros do Conselho não poderão receber remuneração de qualquer espécie pelo exercício das funções inerentes ao cargo.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, aos 17 de julho de 2023.

Maria Amélia de Coni e Moura Mattos Lins - Diretora Geral do IEF.

TERÇA-FEIRA, 18 DE JULHO DE 2023 – 15

PORTARIA IEF Nº 50, DE 17 DE JULHO DE 2023.

Dispõe sobre a composição do Conselho Consultivo do Parque Estadual de Paracatu, para o biênio 2023-2025.

A DIRETORA-GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Estadual nº 47.892, de 23 de março de 2020, e com respaldo na Lei Federal nº 9.985, de 18 de junho de 2000, no Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, na Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013 e na Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, RESOLVE:

Art. 1º – O Conselho Consultivo do Parque Estadual de Paracatu é formado por 16 (dezesesseis) conselheiros, sendo 08 (oito) titulares e 08 (oito) suplentes, em conformidade com o resultado do processo eletivo realizado por meio do Edital de Convocação IEF/PEP nº 01.2023, ficando assim constituído:

I – Poder Público:

a) Titular: Prefeitura Municipal de Paracatu;

Suplente: Prefeitura Municipal de Paracatu;

b) Titular: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais- EMATER;

Suplente: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais- EMATER;

c) Titular: Polícia Militar de Meio Ambiente Comando de Policiamento Ambiental 16º Cia PM MAMB/2º PEL MAMB/2ºGP PM MAMB;

Suplente: Corpo Bombeiro Militar de Minas Gerais 2º Pel/ 2º Cia Op/ 12 BBM

II – Sociedade Civil:

a) Titular: CBH Paracatu;

Suplente: CBH Paracatu;

b) Titular: Agência de Desenvolvimento Sustentável de Paracatu- ADESP;

Suplente: Movimento Verde de Paracatu- MOVER;

c) Titular: Kinross Mineração do Brasil -Paracatu;

Suplente: Associação dos Municípios da Microrregião do Noroeste de Minas- AMNOR;

d) Titular: Associação de Consultores Ambientais do Noroeste de Minas - ASCON;

Suplente: Associação de Guias de Turismo do Noroeste de Minas - GUIASTUR ;

e) Titular: Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA;

Suplente: Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA.;

§ 1º – A Presidência do Conselho Consultivo do Parque Estadual de Paracatu será exercida pelo Gerente da Unidade de Conservação, que dará posse aos membros do Conselho.

§ 2º – Na ausência do Presidente do Conselho, esse será substituído por um representante do Instituto Estadual de Florestas, o qual assumirá todas as obrigações atinentes à Presidência, em conformidade com o Regimento Interno deste Conselho.

§ 3º – Os membros do Conselho não poderão receber remuneração de qualquer espécie pelo exercício das funções inerentes ao cargo.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 17 de julho de 2023.

Maria Amélia de Coni e Moura Mattos Lins - Diretora-Geral do IEF

PORTARIA IEF Nº 51, DE 17 DE JULHO 2023

Aprova o Regimento Interno do Conselho Consultivo do Monumento Natural Estadual Gruta Rei do Mato

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS – IEF no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Estadual nº 47.892, de 23 de março de 2020, e com respaldo na Lei Federal nº 9.985, de 18 de junho de 2000, no Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, na Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013 e na Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o Regimento Interno do Conselho Consultivo do Monumento Natural Estadual Gruta Rei do Mato, na forma do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º – Para efeitos desta Portaria entende-se:

I - Membro: entidade, órgão ou instituição que representa determinado segmento no conselho;

II - Representante: pessoa indicada por órgão ou instituição que represente um segmento do conselho;

III - Urgência: situações em que não se pode esperar por uma reunião do Conselho para que seja tomada uma medida. O plenário avaliará os pedidos de urgência para verificar sua pertinência;

IV - Ad Referendum: sujeito à aprovação ou referendo do Plenário.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e revoga a Portaria IEF nº 85, de 25 de agosto de 2015 e a Portaria IEF nº 42, de 12 de junho de 2023.

Belo Horizonte, aos 17 de julho de 2023.

Maria Amélia de Coni e Moura Mattos Lins - Diretora Geral do IEF

ANEXO I
REGIMENTO INTERNO DO
CONSELHO CONSULTIVO DO MONUMENTO
NATURAL ESTADUAL GRUTA REI DO MATO

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 1º - O presente documento tem por objetivo estabelecer o Regimento Interno do Conselho consultivo do Monumento Natural Estadual Gruta Rei do Mato, estabelecendo, assim, todas as normas e procedimentos a serem respeitados no âmbito de atuação do referido Conselho.

Art. 2º - O Conselho de Unidade de Conservação é regido pelas disposições constantes da Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto Federal Nº.: 4340, de 22 de agosto de 2002, pelo presente Regimento Interno e demais normas aplicáveis.

Capítulo II

Da Finalidade e Competência

Art. 3º - O Conselho tem por finalidade auxiliar o Órgão Gestor da Unidade de Conservação na nobre tarefa de implementá-la, competendo-lhe propor diretrizes, políticas, normas regulamentares e técnicas, padrões e demais medidas de caráter operacional para a preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos ambientais característicos da Unidade de Conservação e de sua Zona de Amortecimento. Parágrafo único. As pautas, atas e decisões das reuniões de Conselho deverão ser publicadas, tanto no quadro de avisos da Unidade de Conservação, bem como no site oficial do Instituto Estadual de Florestas – IEF, podendo ser disponibilizadas, ainda, nos veículos de comunicação próprios da Unidade.

Art. 4º - São atos do Conselho:

I - Diretiva: quando se tratar de estabelecimento de orientações gerais para elaboração e revisão das normas regulamentares do próprio Conselho;

II - Recomendação: quando se tratar de manifestação acerca da implementação de políticas, normas regulamentares e técnicas, padrões e demais medidas de caráter operacional para a preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos ambientais característicos da Unidade de Conservação;

III - Moção: quando se tratar de matéria dirigida ao Poder Público e/ ou à sociedade civil em caráter de alerta, reivindicação, comunicação honrosa ou pesarosa.

Capítulo III

Da Organização do Conselho

Seção I

Da Estrutura

Art. 5º - O Conselho tem a seguinte estrutura:

I - Presidência;

II - Plenário;

III – Grupos de Trabalho, tais como:

a) Elaboração, implementação, acompanhamento e revisão do Plano de Manejo;

b) Propostas de estudo para ampliação, regularização e mudança de categoria;

c) Uso Público;

d) Zona de Amortecimento;

e) Educação Ambiental;

f) Pesquisa Científica/Proteção à Biodiversidade;

g) Elaboração de Plano de Trabalho de Compensação Ambiental;

h) Outros

IV - Secretaria Executiva.



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202307180026010115.